

SUMÁRIO

Nota do editor à 4. ^a edição	9
Lista de abreviaturas.....	29

PRIMEIRA PARTE

O DIREITO ROMANO – HISTÓRIA E FONTES

INTRODUÇÃO	33
1. ÉPOCA DA REALEZA: PERÍODO DO DIREITO ROMANO ARCAICO – <i>JUS CIVILE</i> OU DIREITO QUIRITÁRIO	35
1.1 Evolução sóciopolítica da Roma antiga.....	35
1.1.1 A fundação de Roma.....	35
1.1.2 A importância da religião na sociedade romana	37
1.1.3 As diferentes classes sociais	40
1.1.3.1 Os patrícios.....	40
1.1.3.2 Os clientes	41
1.1.3.3 Os plebeus	42
1.1.3.4 Os escravos.....	43
1.1.4 Instituições políticas da Realeza	43
1.1.4.1 O rei.....	43
1.1.4.2 O senado romano	45
1.1.4.3 As assembleias populares (<i>comitia</i>)	45
1.2 O Direito Romano arcaico: <i>jus civile</i> ou direito quiritário.....	46
1.2.1 A importância da classe sacerdotal	46
1.2.1.1 O Colégio dos <i>Águres</i>	47
1.2.2 O <i>jus civile</i> ou direito quiritário	48
1.2.2.1 Direitos exclusivos dos patrícios	49
1.2.2.2 O <i>jus civile</i> – um direito não escrito (<i>jus non scriptum</i>).....	49
1.3 Fontes do <i>jus civile</i> ou direito quiritário	50
1.3.1 O costume.....	50
1.3.2 As leis régias (<i>leges regiae</i>).....	50

2. ÉPOCA DA REPÚBLICA: PERÍODO DO DIREITO ROMANO PRÉ-CLÁSSICO – DIREITO PRETORIANO E DIREITO DAS GENTES.....	52
2.1 Evolução sociopolítica de Roma na República.....	52
2.1.1 Instituições político-administrativas.....	52
2.1.1.1 Magistratura ordinária.....	53
2.1.1.2 Magistratura extraordinária.....	57
2.1.1.3 O senado romano	57
2.1.1.4 As assembleias populares (<i>comitia</i>)	57
2.2 O Direito Romano no período da República: o <i>direito pretoriano</i> ou <i>direito honorário</i>	58
2.2.1 O direito pretoriano	58
2.2.2 O direito das gentes (<i>jus gentium</i>).....	60
2.3 Fontes do Direito Romano pré-clássico	61
2.3.1 O costume	62
2.3.2 A Lei das XII Tábuas.....	62
2.3.2.1 O descontentamento dos plebeus.....	63
2.3.2.2 Tribuno da plebe.....	68
2.3.3 As leis comiciais	69
2.3.4 Edito dos magistrados.....	70
2.3.5 Senatos-consultos	71
2.3.6 Plebiscito.....	72
2.3.7 Jurisprudência.....	72
3. ÉPOCA DO IMPÉRIO: PERÍODO DO DIREITO ROMANO CLÁSSICO – DIREITO JURISPRUDENCIAL.....	75
3.1 Período do <i>Principado</i> (de 27 a.C. a 284 d.C.).....	75
3.1.1 Evolução sociopolítica	75
3.1.2 Instituições político-administrativas do <i>Principado</i>	77
3.1.2.1 O <i>príncipe</i>	77
3.1.2.2 A magistratura	78
3.1.2.3 O senado.....	79
3.1.2.4 As assembleias populares (<i>comitia</i>)	79
3.2 O direito jurisprudencial.....	79
3.2.1 <i>Jus respondendi ex auctoritate principis</i>	80
3.2.2 Jurisconsultos famosos	81
3.2.3 Escolas doutrinárias.....	81

3.3	Fontes do Direito Romano no <i>Principado</i>	82
3.3.1	O costume	82
3.3.2	A lei	82
3.3.3	As constituições imperiais (<i>constitutiones</i>)	82
3.3.3.1	<i>Rescripta</i> (reescritos)	82
3.3.3.2	<i>Decretum</i>	83
3.3.3.3	Editos imperiais	83
3.3.3.4	<i>Mandata</i> (mandatos)	83
3.3.4	Senatos-consultos	84
3.3.5	Editos dos magistrados	84
3.3.6	Jurisprudência	84
3.4	A influência grega no Direito Romano	84
3.4.1	A influência de Aristóteles	87
3.5	Período do <i>Dominato</i> (de 284 a 565 d.C.)	89
3.5.1	Evolução sociopolítica	89
3.5.2	Instituições políticas do <i>Dominato</i>	91
3.5.2.1	Cargos da magistratura	92
3.5.2.2	O senado	92
3.5.2.3	As assembleias populares	92
3.5.3	Fontes do Direito Romano no período do <i>Dominato</i>	92
3.5.3.1	Constituições imperiais (<i>leges</i>)	92
3.5.3.2	Jurisprudência	93
3.5.3.3	Costume	93
4.	O DIREITO CODIFICADO	94
4.1	Codificações pré-justinianeias	95
4.1.1	Codificações particulares	95
4.1.1.1	<i>Fragmenta Vaticana</i>	95
4.1.1.2	<i>Collatio legum mosaicarum et romanarum</i> (Comparação das leis romanas e mosaicas)	96
4.1.1.3	Livro de direito siro-romano	96
4.1.1.4	<i>Consultatio veteris cuiusdam jurisconsulti</i> (Re- pertório de consultas dadas por antigos juris- consultos)	96
4.1.1.5	Código Gregoriano (<i>Codex Gregorianus</i>)	96
4.1.1.6	Código Hermogeniano (<i>Codex Hermogenianus</i>)	96



4.1.2	Codificações oficiais.....	97
4.1.2.1	Código Teodosiano (<i>Codex Theodosianus</i>).....	97
4.1.2.2	Leis romanas “bárbaras”	97
4.2	Codificação justinianeia	99
4.2.1	O <i>Corpus Juris Civilis</i>	99
4.2.1.1	O novo Código de Justiniano ou <i>Codex Vetus</i> (Código Velho).....	100
4.2.1.2	<i>Quinquaginta decisiones</i> (cinquenta decisões)	101
4.2.1.3	O <i>Digesto</i> ou <i>Pandectas</i>	101
4.2.1.4	<i>As Institutas</i> ou <i>Institutiones</i>	102
4.2.1.5	O Código novo (<i>Codex Justinianus repetitae praelectionis</i>).....	103
4.2.1.6	<i>As Novelas</i>	104
4.3	As grandes invasões.....	104
5.	O DIREITO ROMANO PÓS-CLÁSSICO (476 A 1453 D.C.).....	106
5.1	A Idade Média no Império Romano do Oriente.....	106
5.1.1	O direito justinianeu e o direito bizantino.....	106
5.1.2	Paráfrase de Teófilo (<i>Paraphrasis Institutionum</i>).....	107
5.1.3	<i>Egloga legum compendiaría</i>	107
5.1.4	As Basílicas.....	107
5.2	A Idade Média no Ocidente.....	108
5.2.1	A decadência do Direito Romano	108
5.2.1.1	O desvirtuamento do latim clássico	109
5.2.1.2	O Direito Romano e o direito “bárbaro”	110
5.2.1.3	Tentativa de Justiniano	112
5.2.2	O direito medieval: o <i>costume do feudo</i>	112
5.2.2.1	Os ordálios ou “juízos de Deus”	114
5.2.3	A influência da Igreja	116
5.2.3.1	A influência de Santo Agostinho no Direito Romano.....	118
5.2.3.2	A Igreja na Idade Média.....	119
5.2.3.3	O direito canônico	120
6.	O RENASCIMENTO DO DIREITO ROMANO	122
6.1	Renascimento do Direito Romano na Europa ocidental	122
6.1.1	Escola dos Glosadores ou de Bolonha	124

6.1.2	Escola dos Pós-glosadores (Bartolistas).....	125
6.1.3	A presença de Santo Tomás de Aquino no renascimento do Direito Romano.....	126
6.1.3.1	Guilherme de Ockham (1290-1349).....	126
6.2	O “segundo” renascimento do Direito Romano.....	127
6.2.1	Fontes do direito no Absolutismo.....	128
6.2.2	Escola Humanista.....	129
6.2.3	Escola dos Práticos (séculos XVI e XVII).....	130
6.2.4	Escola de Direito Natural (Escola Naturalista ou Jusnaturalista).....	130
6.2.5	Escola Histórica (princípios do século XIX).....	131
6.2.6	Escola de <i>Pandectas</i> ou Romanistas (século XIX).....	131
7.	A RECEPÇÃO DO DIREITO ROMANO PELOS DIREITOS NACIONAIS.....	132
7.1	A recepção do Direito Romano no Ocidente.....	132
7.2	A recepção do Direito Romano pelo direito português.....	135
7.3	A recepção do Direito Romano pelo direito brasileiro.....	138

SEGUNDA PARTE

INSTITUIÇÕES DO DIREITO ROMANO

1.	CONCEITO DE DIREITO (<i>JUS</i>).....	143
1.1	Conceito de direito.....	143
1.2	O <i>jus</i> e o <i>fas</i>	144
1.3	Dias <i>fastos</i> e dias <i>nefastos</i>	144
1.4	O conceito de justiça.....	145
1.5	Direito objetivo e direito subjetivo.....	145
1.6	Classificação do direito objetivo.....	145
1.6.1	Quanto à forma: <i>jus scriptum</i> e <i>jus non scriptum</i>	145
1.6.2	Quanto ao interesse: direito público e direito privado.....	146
1.6.2.1	<i>Jus civile</i> (direito civil) e direito pretoriano ou honorário.....	146
1.6.2.2	Direito das gentes (<i>jus gentium</i>).....	147
1.6.2.3	Direito natural (<i>jus naturale</i>).....	148
2.	DIREITO DAS PESSOAS.....	150
2.1	Pessoa física ou natural. Conceito.....	150
2.1.1	Pressupostos de existência da pessoa natural.....	150

2.1.2	Os direitos do nascituro.....	151
2.1.3	Extinção da pessoa física.....	152
2.1.4	Capacidade jurídica e capacidade de fato.....	153
2.1.5	Causas restritivas da capacidade de fato.....	154
2.1.5.1	A idade.....	154
2.1.5.2	O sexo.....	155
2.1.5.3	Enfermidades físicas e mentais.....	156
2.1.5.4	Prodigalidade.....	157
2.1.5.5	Outras causas restritivas da capacidade de fato.....	157
3.	O STATUS NO DIREITO ROMANO: O STATUS LIBERTATIS.....	159
3.1	O status no Direito Romano.....	159
3.2	Status libertatis. Conceito.....	159
3.3	A escravidão.....	160
3.3.1	Causas da escravidão.....	160
3.3.2	Outras causas de escravidão.....	161
3.4	Situação dos escravos libertos.....	162
3.4.1	Obsequium.....	162
3.4.2	Operae.....	162
3.5	Manumissão ou alforria.....	163
3.5.1	Formas solenes de manumissão.....	163
3.5.1.1	Per vindicta.....	163
3.5.1.2	Pelo censo.....	164
3.5.1.3	Por testamento.....	164
3.5.2	Formas não solenes de manumissão.....	164
3.5.2.1	Inter amicus.....	164
3.5.2.2	Per epistolam.....	164
3.5.2.3	Per mensam.....	165
3.5.2.4	In sacrosanctis ecclesiis.....	165
3.5.2.5	Pileum.....	165
3.6	Estados de quase-servidão.....	165
3.6.1	Addictus.....	165
3.6.2	Colonos.....	166
3.6.3	Redemptus.....	166
3.6.4	Auctoratus.....	166

3.6.5	Pessoas <i>in mancipio</i>	166
3.6.6	<i>Homo liber bona fide serviens</i>	167
4.	STATUS CIVITATIS – A CIDADANIA ROMANA	168
4.1	Status civitatis. Cidadania romana. Conceito	168
4.1.1	Peregrinos	169
4.1.2	Latinos	169
4.2	Aquisição do <i>status civitatis</i>	170
4.3	Perda do <i>status civitatis</i>	171
5.	STATUS FAMILIAE	172
5.1	Status familiae e a família romana. O <i>status familiae</i> na sociedade romana	172
5.2	As pessoas <i>sui juris</i> e <i>alieni juris</i>	173
5.3	Parentesco. Agnatos e cognatos	174
6.	CAPITIS DEMINUTIO	176
6.1	Capitis deminutio. Conceito	176
6.2	Capitis deminutio maxima	176
6.3	Capitis deminutio media	177
6.4	Capitis deminutio minima.....	177
7.	O CASAMENTO NO DIREITO ROMANO.....	178
7.1	O casamento no Direito Romano. Histórico	178
7.2	Espécies de casamento: <i>cum manu</i> e <i>sine manu</i>	179
7.2.1	Casamento <i>cum manu</i>	179
7.2.1.1	<i>Confarreatio</i>	180
7.2.1.2	<i>Coemptio</i>	180
7.2.1.3	<i>Usus</i>	180
7.2.2	Casamento <i>sine manu</i>	181
7.3	As esponsálias (<i>sponsalia</i>)	181
7.3.1	Arras esponsalícias (<i>arrahae sponsaliciae</i>)	182
7.4	Requisitos para o casamento	182
7.4.1	<i>Jus connubium</i>	182
7.4.2	Puberdade	182
7.4.3	Consentimento	183
7.5	Impedimentos matrimoniais	183
7.5.1	Impedimentos absolutos.....	183

7.5.2	Impedimentos relativos.....	184
7.6	O matrimônio nos primeiros séculos da Era Cristã	184
7.6.1	Alterações introduzidas por Justiniano.....	185
7.7	Dissolução do casamento	185
7.7.1	Dissolução do casamento <i>cum manu</i>	186
7.7.2	Dissolução do casamento <i>sine manu</i>	186
7.8	O repúdio	186
7.9	O divórcio.....	187
7.9.1	O divórcio no direito justinianeu.....	188
7.9.1.1	Divórcio por mútuo consentimento (<i>communi consensu</i>).....	189
7.9.1.2	Divórcio unilateral ou por justa causa.....	189
7.9.1.3	Divórcio <i>bona gratia</i>	189
7.9.1.4	Repúdio sem justa causa (<i>repudium sine justa causa</i>).....	189
8.	TUTELA.....	190
8.1	Tutela. Conceito	190
8.2	Espécies de tutela	192
8.2.1	Tutela legítima.....	192
8.2.2	Tutela testamentária.....	192
8.2.3	Tutela dativa ou honorária	192
8.3	Poderes e deveres do tutor	192
9.	CURATELA	194
9.1	Curatela. Conceito	194
9.2	Causas da curatela.....	194
9.2.1	Loucos de todo o gênero.....	194
9.2.2	Pródigos	195
9.3	Poderes e deveres do curador.....	196
9.4	Curatela dos menores de vinte e cinco anos	196
9.5	Outras formas de curatela	196
9.6	A <i>venia aetatis</i>	197
10.	PESSOAS JURÍDICAS	198
10.1	Pessoas jurídicas. Conceito	198

10.2	<i>Universitas personarum</i>	199
10.2.1	<i>Universitas personarum</i> de direito público	199
10.2.2	<i>Universitas personarum</i> de direito privado	199
10.3	<i>Universitas rerum</i> – Conjunto ou agrupamento de coisas (bens) ...	200
10.4	Herança jacente (<i>hereditas jacens</i>)	200
11.	DIREITO DAS COISAS	201
11.1	Conceito de coisa (<i>res</i>)	201
11.2	Classificação	201
11.2.1	<i>Res extra patrimonium</i>	201
11.2.1.1	<i>Res divini juris</i>	201
11.2.1.2	<i>Res humani juris</i>	202
11.2.2	<i>Res in patrimonio</i>	202
11.2.2.1	<i>Res Mancipi</i>	203
11.2.2.2	<i>Res nec Mancipi</i>	203
11.2.2.3	<i>Res corporales</i>	203
11.2.2.4	<i>Res incorporales</i>	203
11.2.2.5	<i>Res mobiles</i> (coisas móveis)	203
11.2.2.6	<i>Res immobiles</i> (coisas imóveis)	203
11.2.2.7	<i>Res fungibiles</i> (coisas fungíveis)	204
11.2.2.8	<i>Res infungibiles</i> (coisas infungíveis)	204
11.2.2.9	<i>Res divisibiles</i> (coisas divisíveis)	204
11.2.2.10	<i>Res indivisibiles</i> (coisas indivisíveis)	204
11.2.2.11	<i>Res principales</i> (coisas principais)	204
11.2.2.12	<i>Res accessorias</i> (coisas acessórias)	204
12.	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS PRÓPRIAS. O DIREITO DE PROPRIEDADE	205
12.1	Propriedade. Conceito. Histórico	205
12.2	Espécies de propriedade	206
12.2.1	Propriedade quirítária (<i>dominium ex jure quiritium</i>)	207
12.2.2	Propriedade pretoriana ou bonitária	207
12.2.3	Propriedade provincial	208
12.2.4	Propriedade peregrina	208
12.3	A propriedade no direito justinianeu	208



12.4	Direitos inerentes ao direito de propriedade	209
12.4.1	<i>Jus utendi</i> ou <i>usus</i>	209
12.4.2	<i>Jus fruendi</i>	209
12.4.3	<i>Jus disponendi (jus abutendi)</i>	209
12.5	Propriedade e domínio.....	210
12.6	Limitações ao direito de propriedade.....	210
12.6.1	Limitações de interesse público	210
12.6.2	Limitações de interesse privado.....	211
12.7	Condomínio. Copropriedade	211
13.	MODOS DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE	213
13.1	Modos convencionais de aquisição da propriedade	213
13.1.1	<i>Mancipatio</i> (mancipação).....	214
13.1.2	<i>In jure cessio</i> (cessão em juízo ou abandono da coisa perante o juiz)	214
13.1.3	<i>Traditio</i> (tradição)	215
13.2	Modos não convencionais de aquisição da propriedade	216
13.2.1	Ocupação	216
13.2.1.1	<i>Res nullius</i>	216
13.2.1.2	<i>Res derelicta</i>	217
13.2.2	Acessão	218
13.2.2.1	Acessão entre coisas móveis	218
13.2.2.2	Acessão de móveis a imóveis.....	219
13.2.2.3	Acessão de coisas imóveis entre si.....	220
13.2.3	Especificação.....	221
13.2.4	Adjudicação	222
13.2.5	Usucapião	222
13.2.5.1	Requisitos para a usucapião	222
13.2.5.2	<i>A praescriptio longi temporis</i>	223
13.2.5.3	<i>A praescriptio longissimi temporis</i>	224
13.2.6	A defesa da propriedade.....	225
13.2.6.1	Ação reivindicatória (<i>reivindicatio</i>).....	225
13.2.6.2	Ação negatória (<i>actio negatoria</i>)	225
13.2.6.3	<i>Cautio damni infecti</i>	225
13.2.6.4	<i>Operis novi nunciatio</i> (nunciação de obra nova).	225
13.2.6.5	<i>A interdictum quod vi aut clam</i>	226

14. POSSE	227
14.1 Conceito de posse	227
14.2 Elementos da posse	228
14.3 Modalidades de posse.....	228
14.3.1 Posse natural (<i>possessio naturalis</i>)	228
14.3.2 Posse civil (<i>possessio civilis</i>).....	228
14.3.3 Posse pelos interditos (<i>possessio ad interdicta</i>).....	229
14.4 Aquisição da posse	229
14.5 Perda da posse.....	230
14.6 Proteção da posse	230
14.6.1 Interditos de manutenção da posse.....	230
14.6.1.1 Interdito <i>uti possidetis</i>	230
14.6.1.2 Interdito <i>utrubi</i>	231
14.6.2 Interditos de recuperação da posse.....	231
14.6.2.1 Interdito <i>unde vi</i>	231
14.6.2.2 Interdito de <i>clandestina possessione</i>	231
14.6.2.3 Interdito de <i>precario</i>	232
15. DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA.....	233
15.1 Histórico e conceito	233
15.2 Servidões prediais: Conceito. Classificação.....	233
15.2.1 Servidões prediais urbanas (<i>servitutes praediorum urbanorum</i>)	234
15.2.2 Servidões rústicas.....	235
15.2.2.1 Servidão de passagem	235
15.2.2.2 <i>Servitus aquaeductus</i>	235
15.2.2.3 <i>Servitus aquae hauriendae</i>	235
15.2.2.4 <i>Servitus arena fondiendae</i>	235
15.3 Servidões pessoais. Conceito. Classificação	236
15.3.1 Usufruto.....	236
15.3.2 Uso.....	236
15.3.3 Habitação	236
15.3.4 Serviços de escravos e de animais.....	237
15.4 Superfície.....	237
15.5 Enfitese.....	237
15.5.1 Direitos e deveres do enfiteuta.....	238

16. DIREITOS REAIS DE GARANTIA SOBRE COISA ALHEIA.....	239
16.1 Alienação fiduciária (<i>fiducia cum creditore</i>).....	239
16.2 Penhor.....	239
16.3 Hipoteca.....	240
16.3.1 Pluralidade de credores hipotecários.....	241
17. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	242
17.1 Conceito de obrigação.....	242
17.2 Elementos essenciais das obrigações.....	243
17.3 Modalidades de obrigações.....	243
17.3.1 Obrigação de dar (<i>dare</i>).....	244
17.3.2 Obrigação de fazer (<i>facere</i>).....	244
17.3.3 Obrigação de não fazer (<i>non facere</i>).....	244
17.3.4 Obrigação de prestar (<i>praestare</i>).....	244
17.4 Fontes das obrigações.....	244
18. OS CONTRATOS NO DIREITO ROMANO. OBRIGAÇÕES QUE SE ORIGINAM DOS CONTRATOS.....	246
18.1 Os contratos no Direito Romano arcaico.....	246
18.1.1 <i>Nexum</i>	246
18.1.2 <i>Sponsio</i>	247
18.2 Classificação dos contratos.....	247
18.2.1 Contratos verbais.....	247
18.2.1.1 <i>Stipulatio</i>	248
18.2.1.2 <i>Dotis dictio</i>	248
18.2.1.3 <i>Promissio jurata liberti</i>	248
18.2.2 Contratos literais.....	249
18.2.2.1 <i>Nomina transcripticia</i>	249
18.2.2.2 <i>Chirographum</i>	249
18.2.2.3 <i>Syngraphum</i>	249
18.2.2.4 Contratos reais.....	249
18.2.2.5 Contratos consensuais.....	250
18.2.2.6 Contratos inominados.....	250
18.3 Elementos de validade dos contratos.....	250
19. CONTRATOS REAIS.....	251
19.1 Conceito de contratos reais.....	251

19.2	Mútuo.....	251
19.2.1	Casos especiais de mútuo	252
19.3	Comodato.....	253
19.4	Depósito	253
19.4.1	Modalidades de depósito	254
19.4.1.1	Depósito necessário.....	254
19.4.1.2	Depósito irregular.....	254
19.4.1.3	Depósito-sequestro	254
19.5	Penhor	255
19.6	Fidúcia.....	255
19.6.1	<i>Fiducia cum creditore</i>	256
19.6.2	<i>Fiducia cum amicum</i>	256
20.	CONTRATOS CONSENSUAIS	257
20.1	Conceito.....	257
20.2	Contrato de compra e venda	257
20.2.1	Elementos do contrato de compra e venda.....	258
20.2.1.1	A coisa objeto da transação	258
20.2.1.2	O preço (<i>pretium</i>)	258
20.2.1.3	O consentimento das partes	259
20.2.2	Arras ou sinal.....	259
20.2.3	Obrigações do vendedor	259
20.2.4	Pactos adjetos ao contrato de compra e venda	260
20.2.4.1	Pacto comissório (<i>lex commisorio</i>)	260
20.2.4.2	Pacto de adjudicação (<i>pactum in diem addictio</i>)	260
20.2.4.3	Pacto de preferência (<i>pactum prothymeseos</i>).....	260
20.2.4.4	Pacto a prova (<i>pactum displicentiae</i>)	261
20.2.4.5	Pacto de retrovenda (<i>pactum de retrovendendo</i>)	261
20.3	Contrato de locação. Conceito e espécies	261
20.3.1	Locação de coisas (<i>locatio rei</i>).....	261
20.3.2	Locação de serviços (<i>locatio operarum</i>)	262
20.3.3	Locação de obra (<i>locatio operis facienti</i>)	262
20.4	Contrato de sociedade. Conceito	262
20.4.1	Elementos do contrato de sociedade	263
20.4.2	Extinção do contrato de sociedade	263

20.5	Contrato de mandato	263
20.5.1	Obrigações do mandatário	264
20.5.2	Extinção do mandato	264
21.	CONTRATOS INOMINADOS.....	265
21.1	Conceito.....	265
21.2	Classificação	266
21.3	Contrato de permuta.....	266
21.4	O <i>aestimatum</i> ou contrato estimatório	267
21.5	O <i>precarium</i> ou contrato de precário.....	267
21.6	Transação.....	267
22.	PACTOS	268
22.1	Conceito de pactos. Espécies	268
22.2	Pactos pretorianos (<i>pacta praetoria</i>).....	269
22.2.1	<i>Recepta</i>	269
22.2.2	Pacto de juramento	269
22.2.3	Pacto de constituto	270
22.3	Pactos legítimos. Conceito	270
22.3.1	Pacto de compromisso (<i>compromissum</i>)	270
22.3.2	Promessa de doação (<i>pactum donationis</i>).....	270
22.3.3	Promessa de dote (<i>pactum dotis</i>).....	270
22.4	Pactos adjetos. Conceito	271
23.	OS QUASE-CONTRATOS.....	272
23.1	Quase-contratos. Conceito.....	272
23.2	Espécies de quase-contratos.....	273
23.2.1	Gestão de negócios (<i>negotiorum gestio</i>)	273
23.2.2	Enriquecimento injusto	274
23.2.2.1	<i>Condictio</i> . Modalidades de ação.....	275
23.2.3	Comunhão acidental (<i>communio incidens</i>).....	275
23.2.4	A administração da tutela e da curatela	275
24.	O DELITO E O QUASE-DELITO COMO FONTES DE OBRIGAÇÕES..	276
24.1	Delito. Conceito e espécies	276
24.2	Delitos públicos.....	277
24.3	Delitos privados	277

24.3.1	Características dos delitos privados.....	278
24.3.2	Espécies de delitos privados previstos pelo <i>jus civile</i>	278
24.3.2.1	Furto.....	278
24.3.2.2	Rapina.....	279
24.3.2.3	<i>Damnum injuria datum</i>	280
24.3.2.4	Injúria.....	280
24.3.3	Espécies de delitos privados previstos pelo direito pretoriano.....	281
24.3.3.1	Violência.....	281
24.3.3.2	Dolo.....	281
24.3.3.3	Fraude contra credores.....	282
24.3.4	Quase-delito. Conceito. Obrigações dele decorrentes.....	282
25.	INEXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES.....	284
25.1	Inexecução de obrigações por dolo.....	284
25.2	Inexecução por culpa.....	285
25.3	Modalidades de culpa.....	285
25.4	Caso fortuito e força maior.....	286
25.5	Mora.....	286
26.	GARANTIAS DE EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	288
26.1	Garantia pessoal. Conceito.....	288
26.2	Espécies de obrigações pessoais.....	289
26.2.1	<i>Adstipulatio</i>	289
26.2.2	Fiança (<i>adpromissio</i>).....	289
26.2.2.1	<i>Sponsio</i>	289
26.2.2.2	<i>Fideipromissio</i>	289
26.2.2.3	<i>Fideijussio</i>	290
26.3	Outras modalidades de garantia pessoal.....	290
26.3.1	<i>Mandatum pecuniae credendae</i>	290
26.3.2	Pacto de constituto de dívida alheia (<i>debiti alieni</i>).....	290
26.3.3	Cláusula penal.....	291
26.4	Arras (<i>arrha</i>).....	291
27.	TRANSMISSÃO DE OBRIGAÇÕES.....	292
27.1	Conceito e histórico.....	292

27.2	Formas de transmissão de obrigações	292
27.2.1	Novação por substituição do credor	292
27.2.2	<i>Mandatum in rem suam</i>	293
28.	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	294
28.1	Conceito	294
28.2	Modos de extinção das obrigações <i>ipso jure</i>	295
28.2.1	<i>Solutio per aes et libram</i>	295
28.2.2	<i>Acceptilatio</i>	295
28.2.3	Pagamento (<i>solutio</i>)	295
28.2.4	Dação em pagamento (<i>beneficium dationis in solutum</i>)	296
28.2.5	Consignação em pagamento (<i>obsignatio</i>)	296
28.2.6	Novação (<i>novatio</i>)	296
28.3	Modos de extinção das obrigações <i>exceptionis ope</i>	297
28.3.1	Compensação	297
28.3.2	Transação	298
28.3.3	Pacto de não pedir	298
28.3.4	<i>Praescriptio longi temporis</i>	299
29.	DIREITO DAS SUCESSÕES	300
29.1	Histórico do direito das sucessões	300
29.2	Successão testamentária	301
29.2.1	O testamento no <i>jus civile</i>	301
29.2.2	Espécies de testamento no <i>jus civile</i>	301
29.2.2.1	<i>Testamentum calatis comitiis</i>	301
29.2.2.2	<i>Testamentum in procinctu</i>	302
29.2.2.3	<i>Testamentum per aes et libram</i>	302
29.2.3	O testamento no direito pretoriano	303
29.2.3.1	Testamento pretoriano	303
29.2.3.2	Testamento hológrafo	303
29.2.4	O testamento no direito justinianeu	303
29.2.5	Condições de validade dos testamentos	304
29.2.6	Capacidade jurídica do herdeiro	304
29.2.7	A instituição do herdeiro	304
29.2.8	A substituição do herdeiro	304
29.2.9	Invalidez dos testamentos	305
29.2.10	Liberdade para testar	305

29.3	Codicilo.....	306
29.4	Colaço.....	307
29.5	Legados.....	307
29.5.1	Formas de legado.....	307
29.5.1.1	Legado <i>per vindicationem</i>	307
29.5.1.2	Legado <i>per damnationem</i>	307
29.5.1.3	Legado <i>per praeceptionem</i>	307
29.6	Herança jacente.....	308
29.7	Herança vacante.....	308
29.8	Monte ou espólio.....	308
30.	SUCESSÃO LEGÍTIMA OU <i>AB INTESTATO</i>	309
30.1	Conceito.....	309
30.2	A sucessão legítima no <i>jus civile</i>	310
30.2.1	<i>Heredes sui</i>	310
30.2.2	Agnados.....	310
30.2.3	<i>Gentiles</i> (<i>gentis</i>).....	311
30.3	Sucessão legítima no direito pretoriano.....	311
30.3.1	<i>Bonorum possessio unde liberi</i>	312
30.3.2	<i>Bonorum possessio unde legitimi</i>	312
30.3.3	<i>Bonorum possessio unde cognati</i>	312
30.3.4	<i>Bonorum possessio unde vir et uxor</i>	312
30.4	Sucessão legítima no período do <i>Dominato</i>	312
30.5	Sucessão legítima no direito justinianeu.....	312
30.5.1	Descendentes.....	313
30.5.2	Ascendentes.....	313
30.5.3	Colaterais privilegiados.....	313
30.5.4	Colaterais ordinários.....	313
30.5.5	O cônjuge sobrevivente.....	314
	BIBLIOGRAFIA.....	315

